

Programa de Parcerias de Investimentos do Gov. Federal – PPI

Audiência Pública – GT/Código de Mineração



PPI funciona como um hub

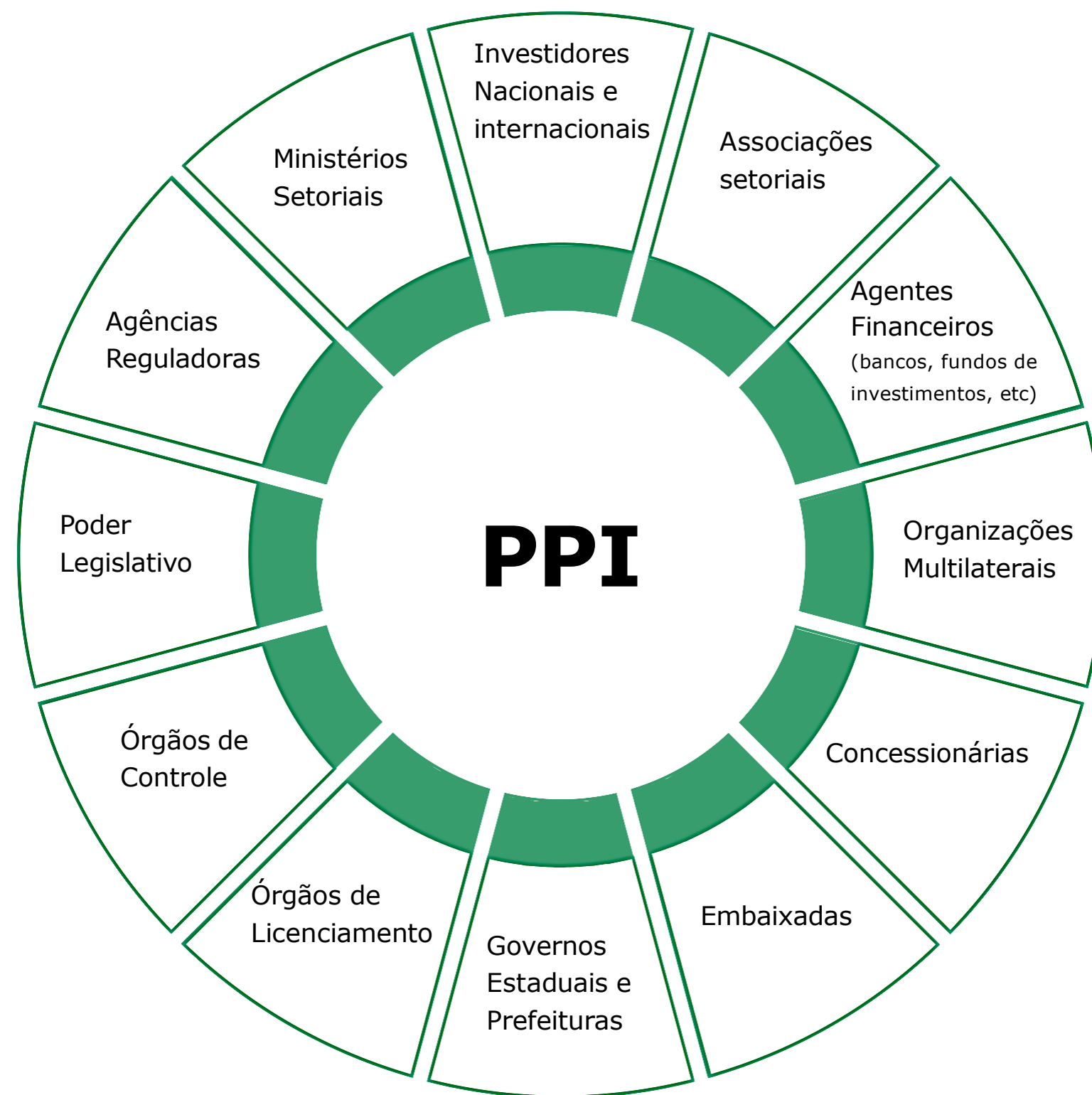
Agrega eficiência e valor ao processo

Governança, coordenação, monitoramento e supervisão

Transparência, diálogo, credibilidade e previsibilidade

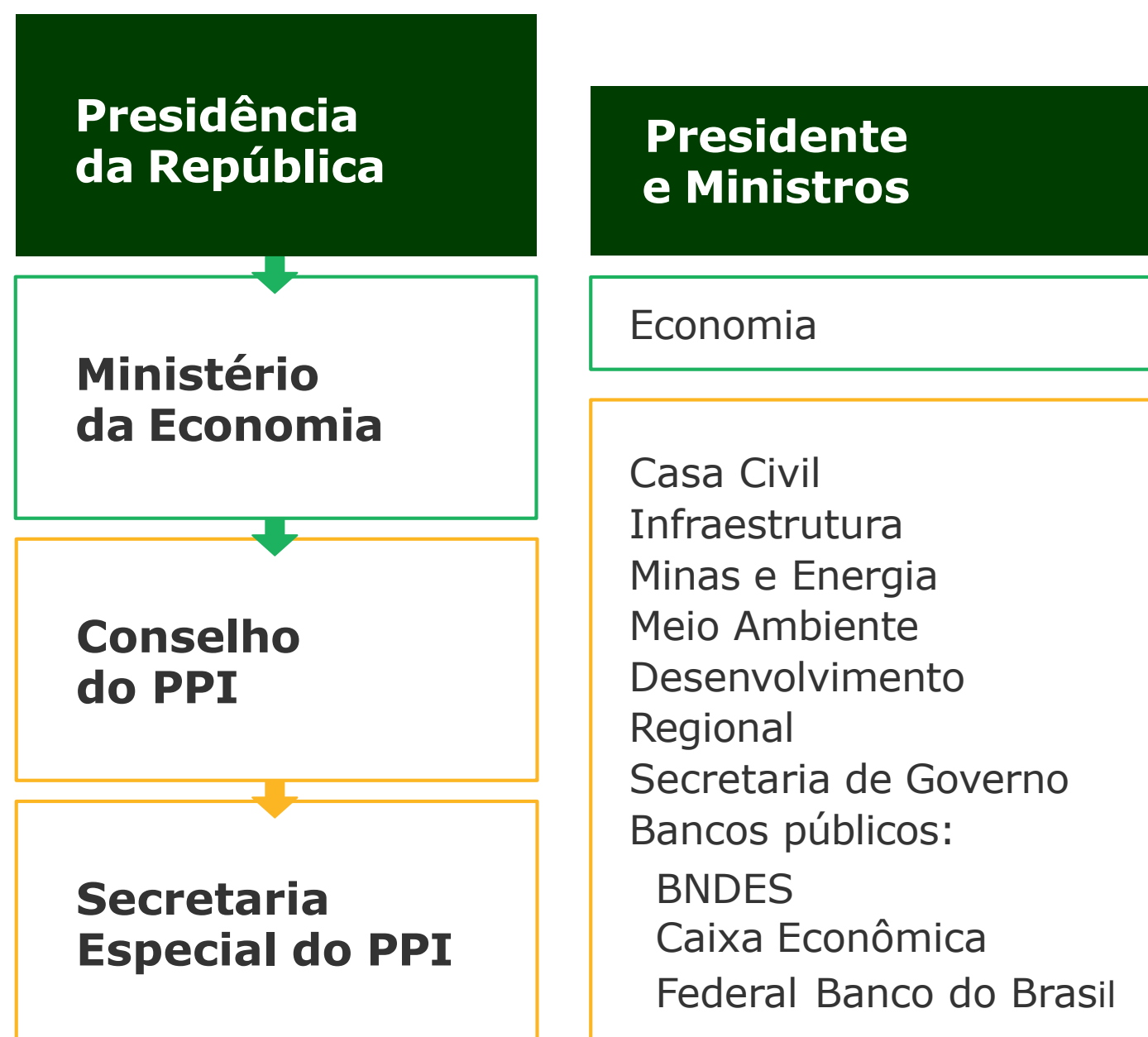
Projetos bem estruturados

Aprimoramento técnico, jurídico e regulatório





Conselho do PPI





O Presidente do Conselho é o Ministro da Economia. A Secretária Especial do PPI atua como Secretária Executiva do CPPI.




PLs Pró Investimentos:

O CAMINHO PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO!

 **Lei 14.026**, de 15 de julho de 2020
Reforma do Marco Legal de Saneamento

 **Lei 14.134**, de 8 de abril de 2021
Novo Mercado de Gás

 **Lei 14.182**, de 12 de julho de 2021
Capitalização da Eletrobras

MP 1.065 de 31 de agosto de 2021
Novo marco legal do transporte ferroviário

PL 4199/2020
Cabotagem



CD



SF

(aguarda apreciação)

PL 414/2021
Modernização do Setor Elétrico



SF



CD

(aguarda apreciação)

PL 7063/2017
Concessões e PPPs



SF



CD

(aguarda apreciação)

PL 5387/2019
Mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil



CD



SF

(aguarda apreciação)

PL 2159/2021
Licenciamento Ambiental



CD



SF

(aguarda apreciação)

PL 2646/2020
Debêntures de Infraestrutura



CD



SF

(aguarda apreciação)

PL 591/2021
Correios



CD



SF

(aguarda apreciação)

PL 3178/2019
Partilha Óleo e Gás



SF

(aguarda apreciação)



PPI em Números

De jan. 2019 a set. 2021

112 leilões/projetos

Expectativa de
Investimentos

R\$ 547 bi

Outorgas
/Bônus

R\$ 125 bi



Carteira atual do PPI

Portos (44)

- 5 Concessões (3 privatizações)
- 36 Terminais Portuários/Portos 2 Obra Hidroviária
- 1 canal de acesso a porto

Defesa e Segurança Pública (PPP's) (3)

- 1 Gestão da Rede de Comunicação Aeronáutica
- 1 Radio Comunicação Segurança Pública e Defesa
- 1 Guarda de veículos da PRF

Economia (6)

- 4 Desestatizações (ABGF, EMGEA, Serpro e Dataprev)
- 2 Loterias (quota-fixa e Lotex)

Óleo e Gás (5)

- 17ª Rodada de Concessões de Blocos
- Poço Transparente (Lic. Amb)
- 2 Blocos da cessão onerosa
- 3º ciclo Oferta Permanente

Ferrovias (11)

- Renovações
- Concessões
- 3 Investimentos em malhas de interesse da União
- 1 Desestatização

Aeroportos (26)

- 16 Aeroportos a serem concedidos
- 8 aeroportos regionais
- 2 relitações de aeroportos

Rodovias (22)

- 14 Concessões
- 8 Licenciamentos

Saúde (1)

- Hospital Fêmeina – RS

Abastecimento (3)

- 1 Desestatização (Ceasaminas)
- 1 Concessão (armazéns e imóveis da CONAB)
- 1 Concessão de hortomercados/RJ

Terminais Pesqueiros Públicos (7)

- 7 Concessões de TPP

Energia (12)

- 1 Leilão de Transmissão
- 2 Desestatizações (Eletrobrás e Nuclep)
- LT Manaus-Boa Vista (LI + Invest.) 7 UHEs (licenciamento ambiental) 1 Leilão de Geração (A-5)

Desenvolvimento Regional (5)

- 2 Desestatizações (CBTU e Trensurb)
- Linha 2 - metrô BH
- PISF
- Baixio do Irecê

Parques nacionais e Florestas (28)

- 18 Concessões de parques e florestas pra visitação
- 10 Concessões de florestas para manejo sustentável

Mineração (12)

- 6 Cessão de Direitos Minerários da CPRM
- 5 rodadas de Disponibilização de áreas ANM

Comunicações e Tecnologia (4)

- 3 desestatizações (Telebras, Correios e EBC) 5G

Turismo (8)

- 8 Concessões de prédios históricos e turísticos (CE, MG, PB, PE, SP e RJ)

197
Projetos



Políticas Públicas



TRIIP

Abertura do mercado à concorrência, reduzir os preços das passagens e melhorar os serviços + de 13 milhões e 416 municípios não têm acesso ao transporte rodoviário.



BR do Mar cabotagem

Estimular a frota, fomentar a indústria naval, aumentar a competitividade e fomentar os portos (permissão de contratos temporários).



UBS

Alternativas de parcerias para concessão visando a construção, modernização, operação, manutenção e melhoria da gestão da rede de UBSs, UPAs e hospitais públicos.



Turismo

Política de atração de investimentos privados para o setor do turismo.
Programa Revive Brasil



Bidsim

Aprimorar a metodologia de definição dos parâmetros técnicos e econômicos dos leilões de petróleo.



Minerais estratégicos

Redução na importação de minerais vitais para a economia; busca de vantagens competitivas para geração de superávit comercial e exploração de minerais de alta tecnologia.



PPP presídios + un. Soc.

Soluções alternativas que viabilizem a prestação do serviço público com maior eficiência, qualidade e efetiva ressocialização de presos por meio do trabalho e estudo.



PPP iluminação pública

Apoiar o aperfeiçoamento regulatório e estruturação de projetos para prestação dos serviços de iluminação pública, incluídos o desenvolvimento, modernização, expansão, efficientização energética, operação e manutenção da rede.



Universalização do saneamento + resíduos

Coordenação do desenho da regionalização e estruturação de concessões regionais financiáveis que possibilitem a prestação de serviços adequados à população.

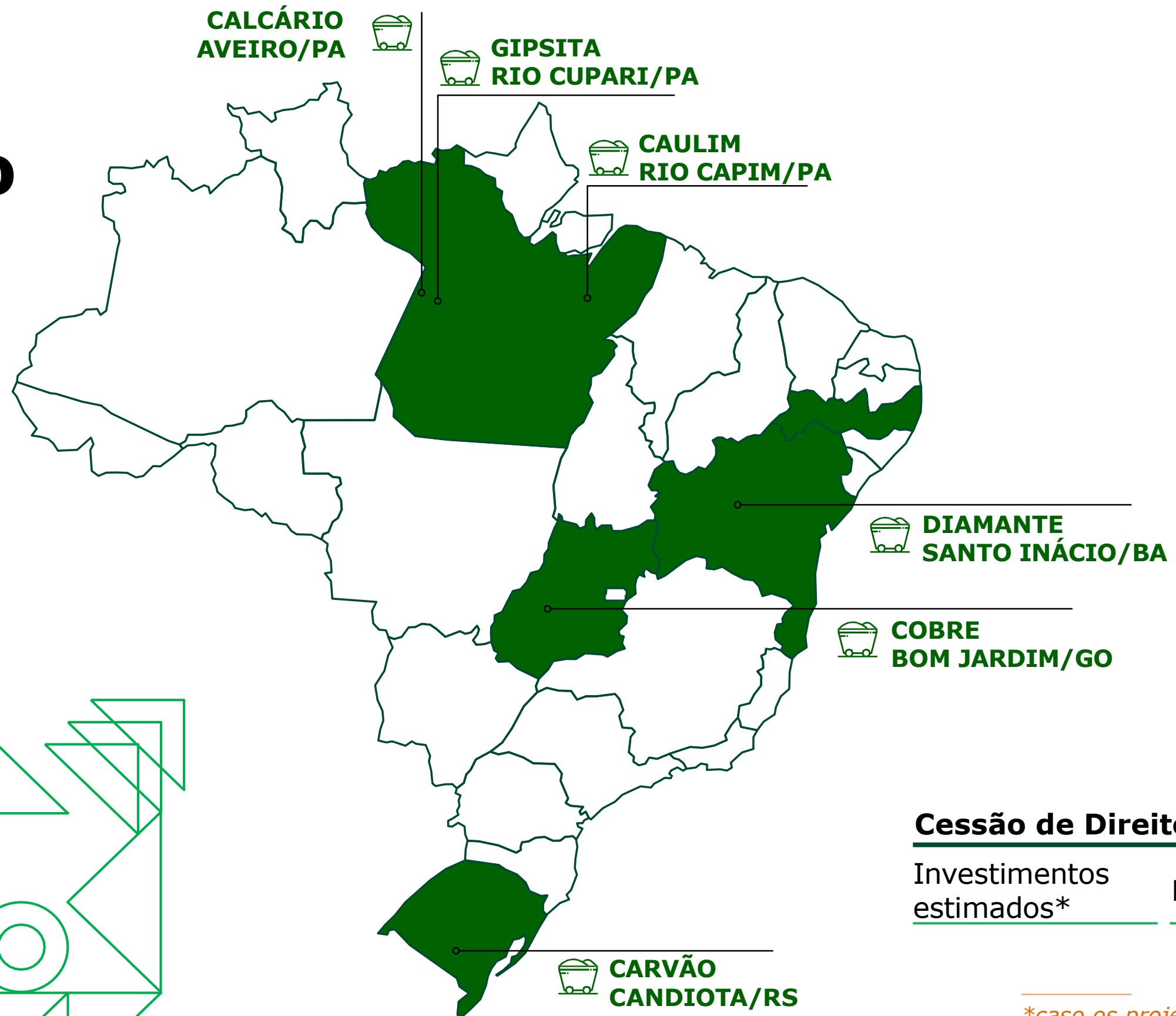


PPP creches

Projetos em que o parceiro privado fica responsável por concluir obras/construção, equipamentos, manutenção e operação, com metas de qualidade de serviço.

Mineração

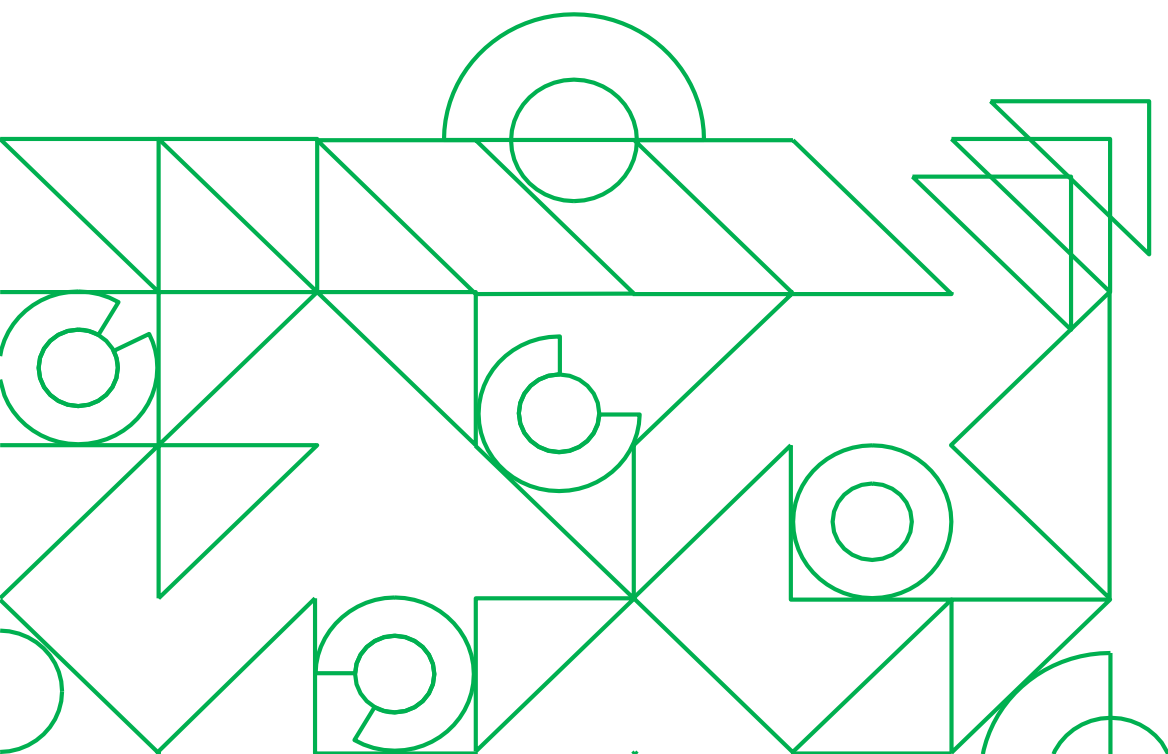
CPRM



Cessão de Direitos Minerários

Investimentos estimados*	R\$ 3,45 bilhões
--------------------------	------------------

**caso os projetos alcancem a fase de concessão de lavra.*





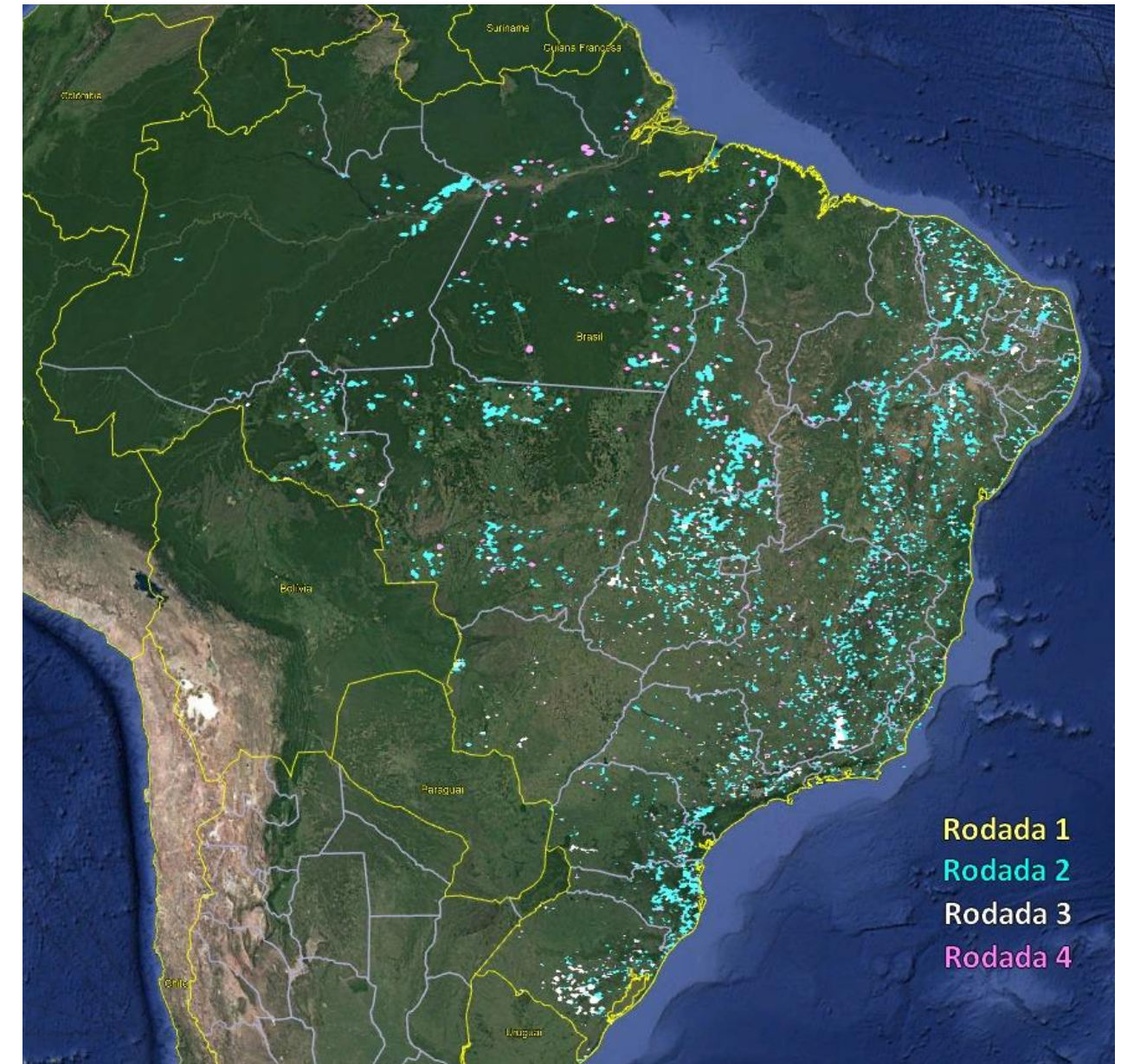
Mineração

DISPONIBILIDADE DE ÁREAS

- Procedimento de seleção de interessados em dar prosseguimento a projetos minerários já outorgados, mas que retornaram à carteira da ANM.
- Áreas objeto de oferta pública prévia e aquelas que apresentarem dois ou + interessados submetidas a leilão eletrônico (maior valor ofertado).
- Áreas objeto de oferta pública prévia e aquelas que apresentarem dois ou mais interessados submetidas a leilão eletrônico (maior valor ofertado).
- Até o momento, 5 rodadas já iniciadas / executadas:
 - ✓ mais de 16 mil áreas ofertadas, representando superfície total de aproximadamente 19,6 milhões de hectares (equivalente ao Estado do PR).
 - ✓ Mais de R\$ 270 milhões em propostas vencedoras.
- + de 30 mil áreas com potencial de serem ofertadas ainda estão bloqueadas para novos investimentos (já retiradas as sobreposições com terras indígenas e outras áreas com restrições).

Rodada Edital

- 4ª Julho/2021
- 5ª Agosto/2021
- 6ª Setembro/2021
- 7ª Janeiro/2022
- 8ª Março/2022
- 9ª Maio/2022



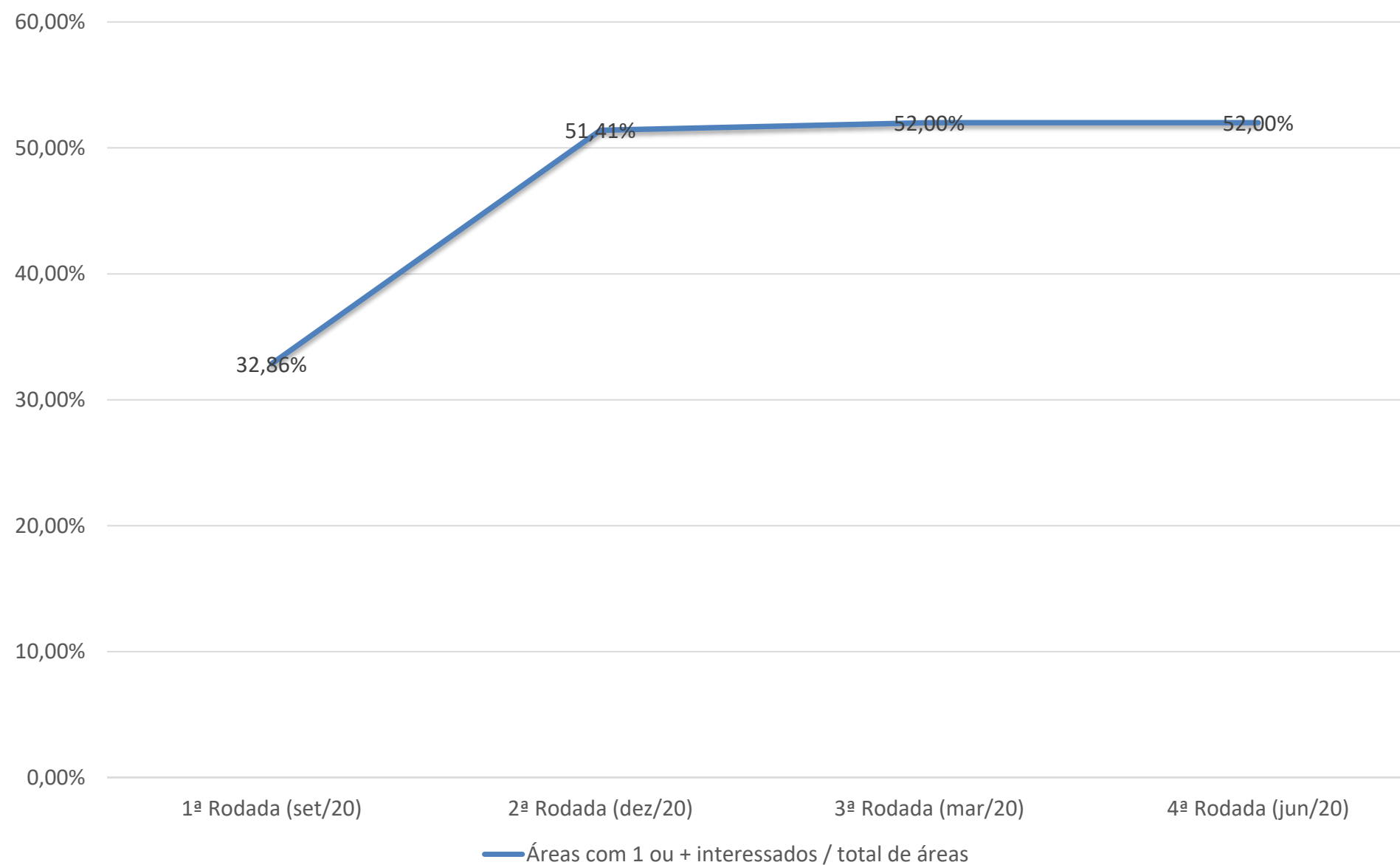
Áreas ofertadas nas 4 primeiras rodadas de disponibilidade. Fonte: ANM

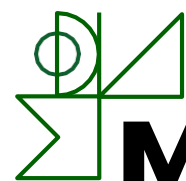


Mineração

DISPONIBILIDADE DE ÁREAS

Áreas com 1 ou + interessados / total de áreas





Mineração

DISPONIBILIDADE DE ÁREAS

IBRAM considera sucesso resultado da licitação de áreas da ANM para lavra e pesquisa

30/03/21

O **Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)** considera um amplo sucesso o interesse de investidores e empreendedores em disputarem a autorização para lavra e pesquisa mineral em áreas licitadas eletronicamente pela **Agência Nacional de Mineração (ANM)**.

Em duas rodadas, o governo licitou um expressivo número de áreas que estavam, até então, indisponíveis para o desenvolvimento de atividades produtivas. Agora, resultarão em oportunidades de investimentos, com perspectivas positivas de geração de negócios para extensas cadeias produtivas, empregos, renda e recolhimento de tributos, diz o IBRAM.



Ofertas públicas e leilões de áreas vão impulsionar a mineração brasileira

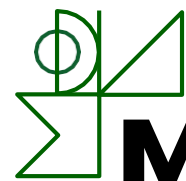
Publicada no dia 31 de Março de 2021



Desafio é manter ritmo dos editais de disponibilidade de áreas para aproveitar preços das commodities, diz ABPM

A Agência Nacional de Mineração (ANM) anunciou, nesta segunda-feira, 29/3, a previsão para o resultado da arrecadação do segundo edital de ofertas públicas para áreas em disponibilidade. Segundo o site da Agência, a segunda rodada totalizou cerca de R\$ 164 milhões, sendo R\$157 milhões para pesquisa e R\$ 7,8 milhões para lavra. O edital de licitação foi publicado em dezembro de 2020, com chamamento para os interessados em pesquisar ou extrair os mais variados tipos de substâncias minerais.

De acordo com a ANM, 1.713 áreas tiveram apenas um interessado, sendo que esses já adquiriram, de imediato, o direito de prioridade sobre a área. Outras 2.415 áreas tiveram mais de uma



Mineração

REVISÃO DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO

- OBJETIVOS

- ✓ Imediato: modernizar o Código de Mineração.
- ✓ Final: crescimento do setor mineral em bases sustentáveis e com apropriação máxima dos benefícios para a sociedade.

- DIRETRIZES IMPORTANTES

- ✓ Segurança jurídica / previsibilidade (percepção de risco) → transparência, diálogo e decisões fundamentadas.
- ✓ Flexibilidade e sensibilidade → a legislação tem que ser boa para todos os segmentos.



Mineração

REVISÃO DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO

- DISPONIBILIDADE DE ÁREAS: modelo se mostrando bem sucedido! Importante manter flexibilidade para aprimoramento contínuo.
- MELHORIA DO AMBIENTE DE INVESTIMENTOS:
 - ✓ Avanços importantes da MPV 790/2017:
 - a. dispositivos legais obsoletos / dispensáveis (dever de comunicar início de pesquisa, imissão na posse, etc.)
 - b. adequação ao formato de agência reguladora (extinção de recursos hierárquicos impróprios)
 - c. Registro de licença (dispensa de licença municipal e autorização do proprietário do solo)
 - d. Registro de extração (viabilização de seu uso para obras contratadas pelo Poder Público)
 - e. Inserção de “novos” conceitos (fechamento de mina, barragem de rejeito, etc.)
 - f. Outros: penalidades (caducidade), veracidade das informações prestadas ao Poder Público, etc.



Mineração

REVISÃO DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO

- ✓ Existem outros entraves burocráticos que podem ser suprimidos ou aprimorados (informar nomes do proprietário do solo no requerimento de lavra, alteração de PAE para aumento da produção, etc.)
 - ✓ Direcionar o foco da ANM para o que realmente importa, ou seja, a partir da apresentação dos primeiros resultados da pesquisa. Antes disso, tudo deve ser preferencialmente autodeclaratório / automatizado (dispensa de análise de plano de pesquisa, requerimento para pesquisa a área e não a substância, extinção de prazo para início da pesquisa, extinção de dever de comunicar prontamente início de pesquisa ou descoberta de nova substância, etc.)
 - ✓ Faixa de fronteira: eliminar restrições a investimentos estrangeiros / reduzir as hipóteses de assentimento prévio do CDN.
-
- CAUTELA:
 - a. Licenciamento ambiental
 - b. Aprovação tácita / fixação de prazos
 - c. Reserva de áreas
 - d. Bloqueio de áreas



-  www.ppi.gov.br
-  fb.com/ppinvestimentos
-   @ppinvestimentos
-  linkedin.com/company/ppinvestimentos